



ALERTA de AMEAÇA DE VIOLAÇÃO ao DIREITO À MORADIA

Está ameaçado o direito à moradia das famílias do Assentamento Vinte de Novembro, situado na Rua Dr. Barros Cassal, nº 161 - Porto Alegre, pelo **descumprimento do contrato** firmado entre o Governo Federal e a Cooperativa Vinte de Novembro referente ao Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades – MCMV- E impedindo o repasse dos recursos financeiros que garantem a reforma do prédio. A reforma deste prédio é uma conquista das famílias que, após 14 anos de luta por moradia digna e 02 despejos, assumiram o compromisso de dar um **uso social** para o Imóvel da União, que não cumpria sua função social a mais de 50 anos, através da transformação deste imóvel em 40 unidades habitacionais.

Estas famílias organizaram-se e fundaram a Cooperativa de Trabalho e Habitação 20 de Novembro, que se habilitou junto ao Ministério das Cidades em 2013 no âmbito do MCMV-E, para reformar o prédio que foi repassado para a Cooperativa através de uma CDRU – Concessão de Direito Real de Uso, celebrado entre a Secretaria de Patrimônio da União - SPU e a Cooperativa Vinte de Novembro, em 21 de março de 2016. Cumprindo com as prerrogativas contratuais, a Cooperativa Vinte de Novembro, investiu recursos humanos e financeiros na contratação de arquitetos, engenheiros, técnico social, biólogos e topógrafos para orientação técnica-social, elaboração de laudos, projetos e orçamentos com o objetivo de ter os licenciamentos necessários para a execução da reforma. Esta etapa contou com recursos da Cooperativa e da Fase I do MCMV-E e foi finalizada em dezembro de 2018, com a aprovação de todos os projetos técnicos necessários para a execução da obra. **Portanto desde dezembro de 2018 o projeto está pronto e aprovado na CAIXA aguardando a autorização da Fase 2 do Contrato: a execução da obra**

A Cooperativa Vinte de Novembro, como entidade promotora e responsável pelo projeto, procurou parcerias para garantir a segurança e bem estar das famílias durante a execução da obra e para complementar o projeto com estruturas que garantissem a sustentabilidade do projeto habitacional no pós-ocupação. Nesta perspectiva envolveu o poder público municipal, pactuando com ele o aluguel social para as famílias durante a execução da obra. Diante da demora e da falta de previsão do governo federal, o governo municipal ameaça ter que gastar o recurso destinado ao aluguel social, trazendo insegurança para as famílias. Numa parceria com o Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul e recursos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul, a Cooperativa viabilizou projetos complementares visando a sustentabilidade econômica e ambiental da edificação, como cisterna e placas fotovoltaicas.

A Cooperativa Vinte de Novembro acredita que todos os governantes são eleitos para cumprir as responsabilidades que lhes são atribuídas pela Constituição. Ao tomar posse juram guardar e proteger a vida da população. Proteger a VIDA é garantir os direitos fundamentais. A Moradia Digna é um direito fundamental.

As famílias do Assentamento 20 de Novembro são oriundas de áreas de risco, de ocupações irregulares, moradores de aluguel e famílias que moram de favor/coabitação, na sua maioria com renda informal no setor de prestação de serviço e comércio, com trabalhos precários, irregulares, sem proteção social e trabalhista. Neste momento de calamidade pública a Cooperativa e seus parceiros têm mobilizado esforços para auxiliar as famílias com doações e orientações para acessar o auxílio emergencial, mas estas medidas são meramente paliativas. Em tempos de pandemia, garantir MORADIA torna-se URGENTE para proteger e garantir a segurança e a saúde das famílias. Segundo a Constituição Federal, as ações e omissões de todos os seus agentes públicos geram RESPONSABILIDADES de ordem civil, criminal, administrativa e política. Neste sentido a Cooperativa Vinte de Novembro vêm à público:

DENUNCIAR os cortes de recursos orçamentários para políticas sociais fundamentais, em especial os que afetam os programas de habitação de interesse social, fato que aumenta a INSEGURANÇA das famílias quanto à continuidade do projeto e a materialidade do seu direito à moradia adequada.



ACUSAR os governantes de naturalizar o RISCO DE VIDA das populações mais vulneráveis, dentre as quais se incluem as famílias do Assentamento Vinte de Novembro, quando represam recursos já contratados e não priorizam os investimentos em MORADIA, agravando a situação das famílias que, enquanto aguardam a liberação dos recursos para o início das obras, vivem em constante insegurança com relação à posse, vivem em situação de adensamento em domicílios inadequados, estão sendo onerados com custos de aluguel e, no contexto da COVID-19, impossibilitados de gerar a renda necessária para sua sobrevivência;

REJEITAR retrocessos, isenções e atos políticos, econômicos ou legislativos que tenham por objetivo isentar os governantes da sua responsabilidade em garantir direitos fundamentais, dentre os quais está o direito à moradia adequada e cujo controle e exigibilidade será buscado na justiça.

EXIGIR a manutenção dos investimentos nos programas de habitação de interesse social e o cumprimento do CONTRATO de REPASSE assinado em abril de 2016 e o imediato início da obra que vai garantir moradia adequada para as famílias do Assentamento Vinte de Novembro. Exigimos que TODAS as vidas sejam preservadas. Garantir moradia é preservar a vida!

O projeto habitacional para o Assentamento Vinte de Novembro materializa o direito à moradia das 40 famílias beneficiárias e, a luta histórica de entidades e movimentos populares por políticas públicas que garantam direitos e promovam cidades mais justas.

Por esta razão, as famílias da Cooperativa Vinte de Novembro, vêm a público comunicar que **ESTÃO ACIONANDO O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO PARA QUE SE CUMPRE O ACORDO CONTRATUAL ENTRE A COOPERATIVA 20 DE NOVEMBRO E O GOVERNO FEDERAL.**

Porto Alegre, 13 de Julho de 2020.

**Cooperativa de Trabalho e Habitação 20 de Novembro
Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNL M
Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM**

Assinam este documento em apoio:

Aliança Internacional de Habitantes - AIH
Fórum Nacional de Reforma Urbana
Movimento Nacional de Direitos Humanos
BR Cidades
Observatório da Metrôpoles
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU
Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas – FNA
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -
MNPR- Movimento Nacional da População de Rua
MNCR- Movimento Nacional dos Catadores de
Materiais Recicláveis
Levante Popular da Juventude
Amigos da Terra Brasil
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
Resistência Popular
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
UNEGRO – União de Negras e Negros pela Igualdade
FEGAM- Federação Gaúcha das Associações de
Moradores

UAMPA- União das Associações de Moradores de Porto
Alegre
ATUA Poa
Frente Quilombola RS
SAERGS – Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul
CDES- Centro de Direitos Econômicos e Sociais
Rádio Comunitária a Voz do Morro
Coopernova
Cooperprogresso
Cootrahab
Cooperhabitar
Coopertense
CooperArroio
COOHAGIG- Cooperativa Habitacional Giuseppe Garibaldi
Ltda –
COOTEEPA - Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores
de Escolas Particulares de Porto Alegre
Instituto Cultural Padre Josimo
Associação Santa Paula

